

# Continuidade e ruptura na economia brasileira

Pedro da Motta Veiga \*

O professor Antonio Barros de Castro, da UFRJ, em recente entrevista à Gazeta Mercantil, fez duas reflexões especialmente estimulantes sobre o modelo de substituição de importações que dominou a industrialização brasileira durante décadas e sobre a transição econômica e institucional vivida pelo Brasil nos anos 90. De um lado, é ressaltado o sucesso econômico da estratégia



de industrialização por substituição de importações no Brasil e são contrastados os bons resultados da década de 70 ao medíocre desempenho dos anos 90. De outro, há o argumento de que, na transição brasileira da corrente década, a ruptura prevaleceu amplamente sobre a continuidade, e isto porque “nós, brasileiros, temos a nostalgia jacobina da revolução que nunca fizemos e vivemos em busca da salvação pelo novo”.

O sucesso da estratégia de substituição de importações no Brasil é algo inegável e os bons resultados da década de 70, em termos de crescimento econômico, também são inquestionáveis. No entanto, o desenvolvimento é um processo histórico e o maior fator de sucesso de uma estratégia de desenvolvimento é sua capacidade para reformar-se e antecipar-se às mudanças no quadro de condicionantes. Do ponto de vista histórico, é impossível

analisar o sucesso dos anos 70 sem lembrar que a eles sucedeu a crise dos anos 80. Como se sabe, a década que sucedeu os anos 70 foi um período de profunda crise econômica (e política)

— que seria falso atribuir exclusivamente a choques externos — e de gradual mudança na agenda de política econômica e industrial, ambos processos típicos de uma fase de esgotamento de um modelo de desenvolvimento e de seus mecanismos de regulação e reprodução.

Esgotamento do modelo significa que a “extensão” (ou a complementação) da estrutura industrial — que é a lógica da substituição de importações — tornou-se incapaz de atuar como a força motriz do crescimento e dos investimentos produtivos. Não por acaso, o principal problema de política industrial, reconhecido por liberais e desenvolvimentistas em meados dos anos 80, passou a envolver a criação “de condições para a contínua modernização do parque industrial já instalado”.

Apesar desse diagnóstico, os anos 80 registram o fracasso dos interesses industriais estabelecidos e dos desenvolvimentistas para gerenciar o do modelo de desenvolvimento e evitar a deterioração da situação ma-

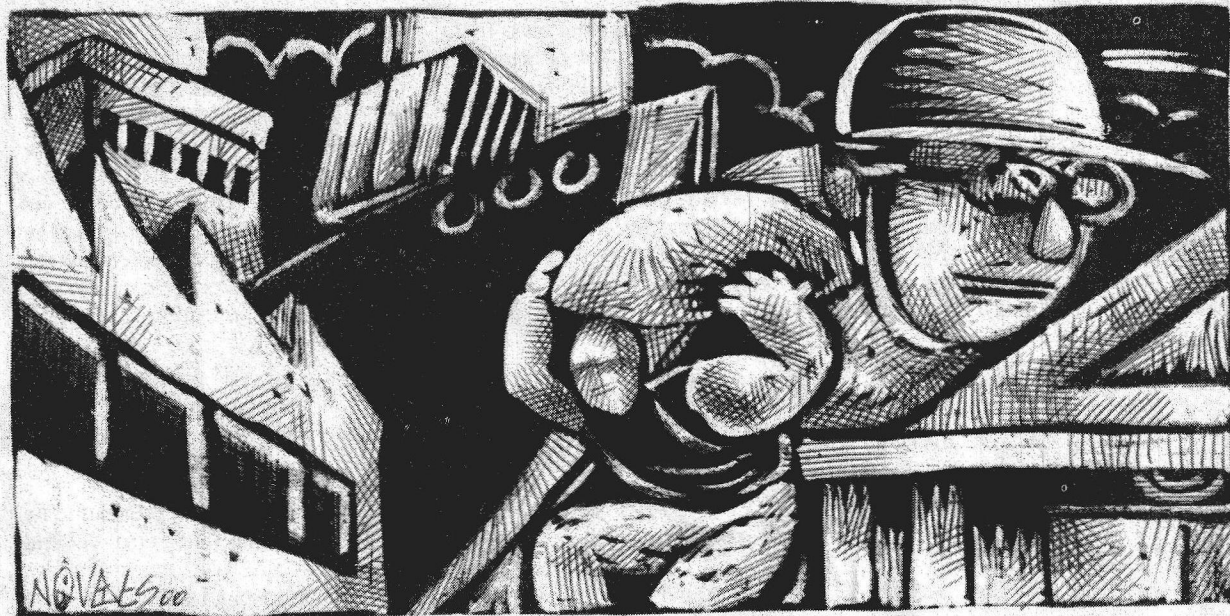
croeconômica. As propostas de implantação de novas políticas industriais fracassaram no início da Nova República e o quadro macroeconômico se agravou fortemente com a explosão inflacionária e os planos fracassados de estabilização. No final dos anos 80, do modelo de substituição de importações só restava a sólida estrutura de proteção tarifária e não-tarifária que restringia a competição no mercado doméstico e sancionava positivamente a baixa produtividade dos processos e a falta de qualidade dos produtos locais.

Tornou-se hegemônica a estratégia que via na competição externa o elemento capaz de induzir a modernização do aparelho industrial e, qualquer que seja a avaliação que se faça dos anos 90, é fundamental reconhecer o papel positivo da abertura, tanto na modernização microeconômica quanto na estabilização macroeconômica. No entanto — e isso nos leva ao tema das relações entre

ruptura e continuidade no processo de transição —, já no início da década, o brilhante economista argentino Aldo Ferrer percebia que “a incorporação

de critérios inerentes ao paradigma liberal em países como México, Chile, Brasil e Argentina revela consideráveis diferenças fundadas nas tradições dominantes em cada país”.

De fato, uma característica distintiva da transição brasileira dos



anos 90, quando comparada com as mudanças vivenciadas em diversos outros países da América Latina, diz respeito ao fato de que, em nosso país, a resistência dos interesses consolidados ao longo do período de substituição de importações condicionou de perto a implementação de reformas orientadas para o mercado e para a liberalização.

Um nítido resultado do pacto implícito da transição brasileira é, no plano econômico, a permanência, após as reformas liberalizantes, de estruturas de proteção e de incentivos fortemente discriminatórios em termos intersetoriais, beneficiando, de forma geral, os mesmos setores “import-competing” favorecidos pe-

la política industrial e de apoio às exportações das décadas anteriores (setores automobilístico, químico, eletroeletrônico e de bens de capital). A liberalização comercial foi por si mesma uma ruptura, mas seu desenho e ajustes posteriormente feitos à estrutura de proteção conferiram ao processo um componente muito importante de continuidade.

Portanto, na história da emergência de um novo paradigma de política econômica na América Latina nos anos 90, o Brasil não é um bom exemplo de prevalência radical da ruptura sobre a descontinuidade. Estilizando o ocorrido, no Brasil, os liberais deram, na primeira metade dos 90, o choque da competição requeri-

do para a modernização da indústria, enquanto os desenvolvimentistas moderaram os impactos deste choque e os “rent-seekers” mais competentes e poderosos — como a indústria automobilística — ainda saíram lucrando no final da década. Ao contrário de México e Argentina, que optaram por modelos “duros” de ajuste produtivo e de mudança no padrão de inserção internacional, o Brasil exemplifica antes um modelo de transição híbrido ou “de compromisso”. Para os industrialistas, há aí uma virtude, para os liberais, um defeito. ■

\* Presidente da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet).